ISSN 2317-5079



REFLEXÃO

A Libras como instrumento de inclusão socioeducacional no ambiente da biblioteca: uma análise descritiva

Pounds as an instrument of socio-educational Inclusão not give library environment: uma análise descritiva
La lenguaje de signos como instrumento de inclusión social y educativa en el entorno de la biblioteca: un análisis descriptivo

Leila Lemos de Oliveira[1] Antonio Luís Fonseca Silva[2]

RESUMO
Este artigo tem por objetivo observar se de fato há medidas de inclusão socioeducativas para pessoas com deficiência auditiva, tomando por base o uso da LIBRAS na sua adaptação à sociedade, enquanto cidadão, garantidos através da Lei 10.436/2002, criada para ser inserida em vários ambientes sociais, inclusive na biblioteca. O trabalho aqui referido aborda também as dificuldades e desafios presentes aos surdos desde o início da humanidade. Reflexões sobre a surdez são feitas no intuito de examinar de que forma surgiu a língua de sinais e qual a importância para a sociedade contemporânea. Como a LIBRAS se fez instrumento de inclusão social no âmbito da biblioteca. Questionamentos como as habilidades desenvolvidas dentro do meio social e familiar, o desenvolvimento do deficiente auditivo serão abordadas mencionando o papel do intérprete de LIBRAS como mediador entre a comunicação e os surdos. Em relação à educação do deficiente auditivo, será abordado a luta em prol dos movimentos dos surdos, buscando identificar o que se tem criado para garantir o exercício do direito à educação. Enfim, serão abordados temas sobre quem são qual sua história e que meios utilizam para se comunicarem no mundo em que vive o sujeito surdo. **Descritores:** Surdez – Surdos. LIBRAS. Inclusão social. Deficiente auditivo.

ABSTRACT
This article aims to see if in fact there are measures of educational inclusion for people with hearing disabilities, based on the use of LIBRAS in its adaptation to society, as citizen, guaranteed by Law, created 2002/10,436 to be inserted into various social environments, including the library. The work here that also addresses the difficulties and challenges to the deaf from the beginning of mankind. Reflections on deafness are made in order to examine how the sign language and what is the importance to contemporary society. As the LIBRAS became an instrument of social inclusion within the library. Questions the skills developed within the social and family environment, the development of the hearing impaired will be covered mentioning the role of interpreter of LIBRAS as a mediator between the communication and the deaf. In relation to the education of the hearing impaired, will be approached to fight for deaf movements, trying to identify what has been created to ensure the exercise of the right to education. Anyway, will be addressed themes about who they are, what their story and what means they use to communicate with each other in the world in which he lives the subject deaf. **Descriptors**: Deafness-Deaf. LIBRAS. Social inclusion. Hearing impaired.

RESUMEN
El artículo pretende ver si en realidad hay medidas de inclusión educativa para personas con discapacidades auditivas, basados en el uso de LIBRAS en su adaptación a la sociedad, como ciudadano, garantizada por la ley, crearon 2002/10.436 para insertarse en los ambientes sociales diversos, incluyendo la biblioteca. El trabajo aquí también aborda las dificultades y desafíos a los sordos desde el principio de la humanidad. Reflexiones sobre la sordera se hacen con el fin de examinar cómo el lenguaje de señas y cuál es la importancia de la sociedad contemporánea. Como las LIBRAS se convirtió en un instrumento de inclusión social dentro de la biblioteca. Preguntas las habilidades desarrollaron en el entorno social y familiar, el desarrollo de la personas con discapacidad auditiva se cubrirán mencionar el papel de intérprete de LIBRAS como mediador entre la comunicación y los sordos. En relación con la educación de sordos, se acercó para luchar por movimientos sordos, tratando de identificar lo que ha sido creado para garantizar el ejercicio del derecho a la educación. De todos modos, será abordadas temas sobre quiénes son, qué su historia y lo que significa que utilizan para comunicarse entre sí en el mundo en que vive a los sordos.**Descriptores**: Sordera-sordo. LIBRAS. Inclusión social. Personas con discapacidad auditiva.

[1]Graduada em Biblioteconomia pela FACID. [2]Bibliotecономista. Especialista em Biblioteconomia pela Faculdade Integrada de Jacarepaguá,FIJ. E-mail: antonioluis@uninovafapi.edu.br

INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, a complexidade que envolve os seus cidadãos cobra uma ação efetiva do poder público quanto à garantia dos direitos igualitários entre os seus vários pares. Assim, esse estudo pretende ressaltar através de análise descritiva como se desenvolve a questão da surdez nos meios socioeducativos no Brasil de forma a alcançar a todos os que de certa forma necessitam de tratamento especial quanto ao seu aprendizado para que seja valorizada a vida social em todos os parâmetros.

É importante questionar o quanto é desafiador o cenário de globalização ao qual estão sujeitos todos os participes de uma sociedade em formação e as quais as causas impactantes que direta e indiretamente servirão de diretrizes para o desenvolvimento de um futuro promissor. Não obstante, a hegemonia do ambiente político acarreta um processo de reformulação e modernização de todos os recursos informacionais que se encontram envolvidos no processo de inclusão.

Todas estas questões serão devidamente ponderadas ao longo deste estudo, levantando dúvidas sobre se os surdos estão de fato sendo inseridos no contexto socioeducativos através do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e se isso vem agregar valor ao desenvolvimento dos envolvidos diretamente nesse processo. Uma vez que a igualdade entre os homens, no que diz respeito aos seus direitos e deveres é garantida pela Constituição Federal Brasileira. Em seu primeiro capítulo dos direitos e deveres fundamentais do indivíduo, é discorrido que "todos são iguais [...] perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se assim a igualdade entre os cidadãos". (BRASIL, 2009. p. 15). Com o cidadão surdo não podia ser diferente. Na Constituição de 1988 ficou instituído um Estado democrático onde assegura o exercício dos direitos sociais e individuais estendendo-se ao direito a educação baseado em princípios onde a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência também é assegurado.

A Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 09 de dezembro de 1975 atesta, entre outros direitos, que as pessoas deficientes têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos e também os mesmos direitos civis e políticos que outros seres humanos.

Para a comunidade surda, especificamente, foi regulamentado a Lei n° 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), onde houve a obrigatoriedade de seu uso como disciplina curricular obrigatória e a inclusão escolar do indivíduo surdo, seja em escola pública ou privada, oferecendo oportunidades de ensino-aprendizagem iguais aos alunos ouvintes.

Nesse contexto, a linguagem de sinais veio contribuir para a formação adequada e inclusão social de alunos surdos. Através da LIBRAS, o surdo terá a oportunidade de desenvolver suas habilidades pessoais no ambiente social e no ambiente familiar. O uso da LIBRAS permitirá ao surdo viver em uma sociedade de ouvinte com o mínimo de barreiras possíveis na comunicação e sem qualquer entrave ou obstáculo que inviabilize sua interação com o meio em que vive.

Contudo os deficientes auditivos nem sempre foram tratados com respeito. Na Antiguidade eram considerados como inválidos e

eram sacrificados, principalmente os que pertenciam a famílias pobres.

Lopes (2007, p. 41) afirma que "os filhos surdos de famílias nobres, embora atraíssem a atenção de outros surdos, eram atendidos separadamente". Acreditava-se que o indivíduo surdo não pensava e assim não eram considerados humanos.

A educação promovida pelos religiosos no século XIV era voltada "aos nobres e aos príncipes herdeiros, com a finalidade de dar-lhes condições de manter os bens da família". (LOPES, 2007, p. 41). Acerca da educação dos surdos do século XIV, é importante mencionar os dois irmãos do Conde de Castilha: nobres surdos, que para comprovar a capacidade de manter os bens da família e assumirem compromissos como a sucessão no reino, o pedagogo Ponce de Leon dedicou-se a ensinar os irmãos do Conde a falar, ler, etc., esforçando-se para que eles aprendessem e fossem capazes de mostrar a capacidade de suas faculdades mentais.

Destaca-se ainda a importância da educação desde seu início até os dias de hoje estendendo-se a educação do surdo, dado o fato que ele também faz parte do meio social, pois como afirma Brandão (2007) "a educação é um dos principais meios de realização de mudança social". Mudança essa que rompe barreiras, voltando a atenção para uma sociedade igualitária.

Nesta perspectiva, vale ressaltar os centros de informação com sua função de facilitadores no uso da informação colocando mais uma vez o deficiente auditivo dentro desse contexto e garantindo ao surdo o direito à informação e inclusão em todos e quaisquer centros de informações tais como: museus, arquivos, bibliotecas. Seria pertinente citar o papel do bibliotecário como mediador entre o usuário e a informação e o não menos importante, o papel dos professores e interpretes de LIBRAS.

Na situação dos deficientes auditivos encontra-se a dificuldade de acesso à informação e inclusão aos centros de informações especialmente em bibliotecas onde culturalmente é o lugar onde se costuma receber uma parcela maior de pessoas em busca de conhecimento e informação.

Ao longo desse trabalho será abordado então, assuntos pertinentes a história dos surdos, a importância de sua educação, o uso da LIBRAS em centros de informação e como é feito a inserção do surdo nesse processo de sujeito-informação, passando pela acessibilidade fazendo valer a Lei 10.436 para que não se negue no cotidiano o que se afirma na lei.

No intuito de obter informações sobre a educação do deficiente auditivo e o acesso a informação em centros de informação com ênfase na biblioteca é que foi levantado o seguinte problema: o uso de LIBRAS pela comunidade surda e ouvinte diminuirá as barreiras e empecilho que dificultam a comunicação e inserção desses indivíduos na sociedade?

O presente estudo aponta hipóteses relevantes como: a linguagem de sinais em centros de informação contribui para o acesso adequado à informação e a inclusão social de usuários surdos; através da LIBRAS o surdo tem a oportunidade de desenvolver suas habilidades dentro do meio social e familiar; o desenvolvimento profissional dos profissionais da informação contribui para o melhoramento do ensino-aprendizagem dos deficientes auditivos.

O objetivo geral deste trabalho é tomar conhecimento do uso da língua de sinais nos centros de informação observando o trabalho desenvolvido para a realização de uma formação correta na integração entre o usuário surdo e

não surdo tendo em vista a importância da comunicação entre os mesmos.

Justifica-se o presente estudo baseado no contexto atual em que vive a sociedade contemporânea aonde há um número considerável de deficientes auditivos necessitando por meio da LIBRAS, desenvolver sua comunicação, interação e principalmente ter facilitado o acesso à informação, entre a comunidade e o surdo de forma a tirar proveito educacional e social.

Os centros de informações são ambientes voltados para inclusão de usuários em busca de informação, sendo assim explicável a escolha deste ambiente. Cabe ressaltar o trabalho dos professores interpretes de língua de sinais, pois, este profissional se torna importante à medida que a língua de sinais passa a ser reconhecida como um elemento fundamental nesse processo de garantias de acesso a ela enquanto direito linguístico.

No Brasil, o profissional interprete de língua de sinais tem sua importância reconhecida em vários momentos. Um deles foi por volta dos anos 80, onde houve presença de interpretes em trabalhos acadêmicos. Dentro desse contexto, o que deve ser usado é a LIBRAS na qual pretende ser um meio difusor da língua e da cultura do povo surdo. Ela é uma língua que tem ganhado espaço na sociedade por conta dos movimentos surdos em prol de seus direitos.

Segundo Silva et al. (2007, p. 4) “é uma luta de muitos anos que caracteriza o povo surdo como um povo com cultura e língua própria que sofre a opressão da sociedade majoritária impondo um padrão de cidadão [...].”

Essa pesquisa quanto ao seu tipo adota os enfoques de uma pesquisa teórica na qual tenta reconstituir teorias, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos não implicando intervenção na realidade.

A metodologia utilizada nessa pesquisa consiste em obter, através da bibliografia especializada, informações e/ou conhecimento sobre os instrumentos necessários para o atendimento educacional que atendam as necessidades do deficiente auditivo. E quanto à importância para a ciência, trata-se de um recurso informacional que vem somar aos trabalhos já publicados sobre o assunto.

Por tanto, pretende-se para tanto, discutir a inclusão social dos usuários surdos, precisando está atentos à participação da comunidade surda na sociedade, considerando a aceitação da Língua de Sinais na sociedade e na educação dos deficientes auditivos, pois, tornam-se tarefas das mais difíceis, sentir-se à vontade com o modo de vida de outras pessoas. Para tanto, faz-se necessário que os centros de informações e seus profissionais estejam capacitados em criar oportunidades que atendam às necessidades dos surdos.

REFLEXÕES SOBRE A SURDEZ

Para entender as bases educacionais para surdos, questões como quem são qual sua história e que meio utilizam para se comunicarem merecem atenção dado ao número considerável de deficientes auditivos presentes nos diversos centros de informação.

Os surdos existem desde o começo da humanidade e junto com eles surgiu a língua de sinais devido a necessidade de se comunicarem. Dentro de uma sociedade com maioria ouvintes, os surdos antigamente não eram respeitados por suas diferenças e muitas vezes eram considerados como ‘anormais’. Na Antiguidade eram tratados como inválidos e chegavam a ser sacrificados.

Ao longo da história da humanidade houve em cada época relevâncias a respeito dos surdos. Na Idade Média, em diversos lugares, o surdo era tratado de forma diferente. No Egito, por exemplo, ele era tratado como o mediador entre os deuses e os Faraós. Eles eram adorados e tratados como deuses. Na China, eram lançados ao mar e eram oferecidos em sacrifícios aos deuses Teutates pelos gauleses. Na Grécia, eram tratados como incompetentes e sem direito a receber educação e muitas vezes eram condenados à morte.

Silva (2009) afirma que os gregos viam os surdos como animais por não terem audição e não falarem, pois para os gregos o pensamento se dava mediante a fala. Já para os Espartanos os surdos não tinham utilidade e eram lançados do alto dos rochedos. Na visão dos Romanos os surdos eram seres imperfeitos e por isso os privavam de seus direitos legais, impedindo-os de se casarem, de celebrar contratos e de receberem heranças.

Na Idade Moderna houve uma significativa mudança com relação ao surdo, pois, pela primeira vez distinguiu surdez de mudez e a expressão surdo-mudo perdeu a ligação que tinha com o surdo.

Mundialmente, a história dos surdos inicia-se através de um monge católico beneditino chamado Pedro Ponce de León, no qual fundou uma escola para surdos em Madrid e empenhou-se em educar os filhos dos nobres da época, em caráter meramente econômico por ser assim a maneira mais adequada para que os filhos dos nobres pudessem ter privilégios perante a lei.

Nesta mesma época, León desenvolveu um alfabeto manual que ajudava os surdos a soletrar as palavras. Esse privilégio era concedido na maioria das vezes aos filhos de pessoas de situação econômica elevada. Os que não se encontravam nessa situação econômica "eram colocados em asilos junto com pessoas das mais diversas origens e problemas (Disponível em:< p.t.wikipedia.org/wiki/historia_dos_surdos>).

Alguns estudiosos compartilhavam do pensamento de que o surdo teria que falar para ser humanizado. O estudioso Juan Pablo Bonet, por exemplo, por meio do alfabeto manual, ensinou os surdos a ler e a falar. Optou pelo método oral e reconhecia a necessidade da individualização do ensino de surdos para evitar "possíveis distrações"; o estudioso John Bulwer foi o primeiro a desenvolver um método para se comunicar com os surdos; John Wallis dedicou-se mais ao ensino da escrita. Era educador de surdos e estudioso da surdez; Jacob Rodrigues Pereira defendeu a oralidade objetivando fazer com que surdos falassem, mas se utilizava da língua de sinais; Thomas Braidwood foi responsável pela fundação da primeira escola de correção da fala da Europa. Seu objetivo também era fazer os surdos falarem, assim criou o método oralista; Charles Michel de l`Epée, em um dado momento, interessou-se apenas a ensinar os surdos por motivos religiosos. O acesso aos ensinamentos do catolicismo e a prática dessa religião não eram permitidos aos surdos e por não ouvir e nem falar estavam condenados diante da fé católica e assim não tinham direito à confissão.

No entanto seus ensinamentos tomaram outro rumo devido ao sucesso obtido. O que justificou seu sucesso foi que para auxiliar em seu trabalho de educador, ele possuía em sua sala um interprete de língua de sinais permitindo desse modo, os surdos a experimentar o sabor de "falar", entender e ser entendido, refletir e opinar sobre diferentes assuntos. l`Epée aprendeu os sinais para assim iniciar a educação dos surdos. A partir daí ele ensinou além da religião, conhecimento a nível escolar.

Na Idade Contemporânea outros educadores também obtiveram sucesso. É o caso do abade francês Roch-Ambroise Cucurron Sicard que após a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, fundou a escola para Surdo de Bordéus, em 1782. Usou o método oralista e os baseados na língua gestual e foi sucessor de I`Epée no Instituto Nacional de Surdos-mudos de Paris criado pelo mesmo.

Pierre Desloges foi um surdo que conheceu e utilizou a língua de sinais quando adulto. O primeiro livro publicado por um surdo foi de sua autoria. Nele defendia a língua gestual criticada pelo abade Deschamps que era contra a língua gestual. Essa experiência de Desloges foi um passo importante para o reconhecimento da língua de sinais como língua natural dos surdos.

Constatou-se que as dificuldades que os surdos possuíam estavam na falta de conhecimento de uma língua e não associadas a problemas mentais como muitos acreditavam nessa época. O problema deles era apenas lingüístico. A partir daí os surdos começaram a ter identidade própria.

Outro método usado para educar os surdos é o chamado Tadona, que consiste em tocar os lábios e a garganta da pessoa que fala, sendo isso combinado com datilologia (um sistema de representação, quer simbólica, quer icónica, das letras dos alfabetos das línguas orais escritas, por meio das mãos) na palma da mão. Esse método foi usado pela professora Anne Sullivan para educar Hellen Keller, garota que ficou cega e surda aos 19 meses de idade. (Disponível em:<p.t.wikipedia.org/wiki/historia_dos_surdos>).

O Instituto Nacional de Surdos-mudos de Paris passou por um período conturbado logo após a morte de Sicard. O principal motivo foi o conflito entre os adeptos do oralismo e do gestualismo que não chegaram a nenhum concenso. Na mesma época foi fundada, em Paris, por Bébian, uma escola privada para surdos. Nela o método usado na educação dos surdos era o oralista. Este, proibido aos alunos do Instituto Nacional que por sua vez tinha professores que contestavam o fato de existir apenas dois professores surdos e dois alunos do sexo masculino usufruindo de suas aulas. Por este motivo, alguns professores uniram-se com o intuito de mudar tal situação e assim surgiu por um lado os defensores do método oralista e de outro os defensores do método gestualista.

Logo após esses conflitos, em 1830, houve um grande movimento de pessoas surdas enfraquecendo assim o Instituto. Em meio a tantos conflitos, um comitê de membros surdos liderados por Ferdinand Berthior, ofereceu um banquete em homenagem ao abade I`Epée, tornando-se assim um evento anual, usado pelos surdos como fórum onde nele publicavam suas idéias e exigências.

Vários Congressos foram surgindo ao longo dos anos. Entre eles estão o Congresso de Veneza e o Congresso de Milão. No Congresso de Veneza ficou decidido que o meio humano para a comunicação do pensamento é a língua oral; se orientados, os surdos lêem os lábios e falam; a língua oral tem vantagens para o desenvolvimento do intelecto, da moral e da Lingüística.

No Congresso de Milão, que durou três dias, houve as seguintes resoluções:

> O uso da língua falada, no ensino e educação dos surdos, deve preferir-se à língua gestual; O uso da língua gestual em simultâneo com a língua oral, no ensino de surdos, afeta a fala, a leitura labial e a clareza dos conceitos, pelo que a língua articulada pura deve ser preferida; Os governos devem tomar medidas para que todos os surdos recebam educação; O método mais apropriado para os surdos se apropriarem da fala é o método intuitivo (primeiro a fala depois a escrita); a gramática deve ser ensinada através de exemplos

> práticos, com a maior clareza possível; devem ser facultados aos surdos livros com palavras e formas de linguagem conhecidas pelo surdo; Os educadores de surdos, do método oralista, devem aplicar-se na elaboração de obras específicas desta matéria; Os surdos, depois de terminado o seu ensino oralista, não esqueceram o conhecimento adquirido, devendo, por isso, usar a língua oral na conversação com pessoas falantes, já que a fala se desenvolve com a prática; A idade mais favorável para admitir uma criança surda na escola é entre os 8-10 anos, sendo que a criança deve permanecer na escola um mínimo de 7-8 anos; nenhum educador de surdos deve ter mais de 10 alunos em simultâneo; Com o objetivo de se implementar, com urgência, o método oralista, deviam ser reunidas as crianças surdas recém admitidas nas escolas, onde deveriam instruídas através da fala; essas mesmas crianças deveriam estar separadas das crianças mais avançadas, que já haviam recebido educação gestual, a fim de que não fossem contaminadas; os alunos antigos também deveriam ser ensinados segundo este novo sistema oral. (Disponível em:<p.t.wikipedia.org/wiki/historia_dos_surdos>)

Durante o século XX devido à evolução tecnológica e científica a educação dos surdos era praticamente dominada pelo oralismo (esse método era defendido apenas pelos ouvintes). Mas não houve a cura da surdez e consequentemente o oralismo começou a fracassar por não permitir que os surdos conseguissem empregos, se comunicarem com outras pessoas não surdas e também conversar fluidamente.

No entanto o mais longe que se chegou foi a criação do primeiro aparelho auditivo, em 1898. A idéia da ampliação eletrônica do telefone inventado por Bell se concretizou apenas em 1900, em Viena, por Ferdinand Alt. Anos depois surgiram aparelhos com pilhas incorporadas e a ser usado transistor em próteses. Depois surgiram as primeiras tentativas de implantação coclear.

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, na Alemanha, foi aprovada uma lei onde determinava a esterilização de pessoas portadoras de doenças genéticas e entre elas os portadores da surdez. Isso aconteceu em decorrência do movimento em prol da esterilização dos psicopatas, criminosos e dos doentes mentais, nos EUA e na Alemanha. Nesta, o movimento ficou conhecido como *higiene racial*.

Em meio a esse cenário os surdos eram vítimas não só da esterilização como também da eutanásia. Poucos foram os surdos que sobreviveram a essas barbaridades na Alemanha.

Visto por um novo ângulo, percebe-se que questões sobre surdos é uma caminhada em evolução. Não há apenas uma mudança metodológica, mas sim concepções diferentes. Skliar (2010, p. 7) afirma que “estão mudando as concepções sobre o sujeito surdo, as descrições em torno da sua língua, as definições sobre políticas educacionais”. A surdez é pensada atualmente dentro de uma perspectiva geral da educação. Os avanços tecnológicos permitem a detecção precoce da surdez possibilitando o uso de próteses auditivas digitais com maior potência e melhor qualidade sonora para a adaptação do indivíduo surdo.

É importante frisar que esse avanço tecnológico não está disponível para toda comunidade surda, haja vista a realidade cultural, social e econômica de boa parte da população. E ainda que essa tecnologia fosse acessível, há de se considerar que ela por si só não garante o desenvolvimento linguístico, identificatório e cultural do sujeito surdo (DIZEU; CAPORALI, 2005, p. 585). Aceitar as diferenças existentes entre os surdos e os ouvintes é indispensável para a comunicação oral ou língua de sinais entre esses indivíduos.

Aliado a isso está o uso da Língua de Sinais que é atualmente o mecanismo mais apropriado para a comunicação dos surdos, pois

oferece meios necessários para aquisição de uma língua própria e condições para o desenvolvimento e consolidação da linguagem deixando de lado conceitos característicos associados ao surdo como baixa sociabilidade, rigidez, imaturidade emocional dentre outros.

As línguas de sinais existem de forma natural em comunidades linguísticas de pessoas surdas e, consequentemente, partilham uma série de características que lhes atribuem caráter especifico e as distinguem dos demais sistemas de comunicação não verbal. A LIBRAS foi desenvolvida em comunidades surdas que se contatavam entre si e a passavam ao longo de gerações. É uma língua de modalidade gestual-visual por utilizar movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão, principalmente os movimentos de mãos característicos desse tipo de comunicação.

LÍNGUA DE SINAIS

A aquisição da Língua de Sinais pela comunidade surda é o ponto de partida para discutir a forma de inclusão dos surdos dentro da sociedade. Para que haja de fato a inclusão, é pertinente abordar o conceito e a importância da língua de sinais entre os surdos e os ouvintes tendo em vista o grande número de discussões sobre a educação bilíngue dos surdos.

O debate em torno da língua de sinais começa no momento em que a mesma ganha espaço na sociedade por conta dos movimentos surdos em prol de seus direitos. Mas, que língua de sinais é essa? Essa língua de sinais é entendida como uma língua materna e sobre o qual os surdos se utilizam para se comunicarem. Os ouvintes se utilizam tanto da língua oral como gestual, ao passo que a comunidade surda se utiliza apenas da língua de sinais. Esse mecanismo deve ser aprendido pelos surdos, o mais cedo possível e para tanto "é preciso difundir a língua, a cultura e a concepção de mundo dos surdos". (SILVA et al., 2007, p. 4). Santana (2007, p. 65) compartilha desse pensamento quando diz que "a criança possui vantagens sobre o adulto, pois a aprendizagem da língua diminui com a maturação humana".

Em outras palavras pode-se dizer que Língua de Sinais é uma língua que se utiliza de sinais, gestos e expressões corporais e faciais cujo método não emite sons, ou seja, são gestos-visuais. Essa forma de comunicação é usada no mundo todo e em cada país ela tem suas peculiaridades, sendo inúmeras a variedades de línguas apresentando diferenças entre si. As Línguas de Sinais, assim como as línguas orais, possuem variações linguísticas tais como sotaques e regionalismos influenciados pelas diferenças culturais. Elas são independentes e constituídas por combinações de formatos assumidos pelas mãos e por movimentos das mãos e de outras partes do corpo, um em relação ao outro (FREEMAN; CARBIN; BOESE, 1999, p. 153) possuindo sua própria comunidade de usuários e assim sendo, não existe qualquer língua de sinais que seja universal.

Não existe uma precisão de quando surgiram as Línguas de Sinais, mas acredita-se que o seu início remonta às épocas anteriores às línguas orais. As Línguas de Sinais se desenvolveram de forma espontânea sem que seja preciso um treinamento específico e se aprimora a cada dia de acordo com a necessidade de quem as utilizam. Sua aquisição é adquirida de forma natural desde que para isso haja um ambiente favorável desde seu nascimento. Da mesma forma acontece com a língua oral a diferença está no fato da língua oral ser imperativa.

Aliado a isso está o fato de existir entre a comunidade surda e os profissionais da educação de surdos, discussões sobre a surdez, educação e

língua de sinais. A educação e a inserção social dos surdos apresenta um longo caminho em busca de soluções. Contudo novos caminhos são abertos com a oficialização da LIBRAS – em abril de 2002, apesar das polêmicas geradas pelos profissionais que trabalham com os surdos e até mesmo por parte dos surdos que não vêem méritos nessa vitória por não se sentirem de fato parte dessa comunidade surda. A língua de sinais ainda é considerada por leigos, como apenas gestos simbólicos, devido ser a língua oral predominante na sociedade. Qualquer outra forma de comunicação, no caso a língua de sinais, será considerada menos importante e incomparável com as línguas orais.

Há um despreparo por parte da nossa sociedade para receber o indivíduo surdo, por não oferecer-lhes condições suficientes ao desenvolvimento e consolidação de linguagem própria. Dessa forma, podem-se desconsiderar as afirmações sobre ser a surdez causadora de limitações cognitivas e afetivas, pois as condições oferecidas a esse sujeito surdo é a verdadeira causa da limitação.

O processo de aquisição da língua pelo surdo será natural da mesma forma que é para as crianças ouvintes. Pois:

> A partir da aquisição de uma língua, a criança passa a constituir sua subjetividade, pois ela terá recursos para sua inserção no processo dialógico de sua comunidade, trocando idéias, sentimentos, compreendendo o que se passa em seu meio e adquirindo, então, novas concepções de mundo. (DIZEU; CAPORALI, 2005, p. 587).

Portanto, colocar a criança surda próxima o mais rápido possível de seus pares torna-se necessário tendo em vista que esse é o meio mais fácil para a aquisição da língua. Língua essa que se propaga pelo campo gesto-visual e que deve ser respeitada como tal, assumindo como função a comunicação, bem como a língua oral surge pelo mesmo motivo, ou seja, torna-se um sistema linguístico para expressar sentimentos, ações e ideias. Com isso, a LIBRAS apresenta todos os componentes que dizem respeito às línguas orais, como gramática, fonologia, semântica, morfologia, sintaxe, preenchendo, assim, os requisitos científicos para ser considerado instrumento linguístico de poder e força.

HISTÓRIA DA LIBRAS

A LIBRAS, constituída pelo canal gestual visual, não se originou da língua portuguesa, que é constituída pela oralidade, e sim da Língua de Sinais Francesa que teve sua origem na sistematização realizada por religiosos franceses, entre eles, o professor francês Ernest Huet, que era surdo. E trazido por Dom Pedro II, quando o Brasil ainda era uma colônia portuguesa, Huet trouxe consigo o alfabeto manual e alguns sinais. Skliar (2010) menciona que Huet chegou ao Brasil com a intenção de fundar uma casa para abrigar e ensinar aos surdos disciplinas como, entre outras, linguagem articulada e leitura sobre os lábios.

Dom Pedro II de acordo com Ramos (2012) se interessou pela língua de sinais pelo fato da princesa Isabel ser mãe de um filho surdo e ser casada com o conde D`Eu que era parcialmente surdo.

Em 1857 foi criada no Brasil, através da Lei nº 839 de 26 de setembro de 1857, a primeira escola de surdos no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Surdos, o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), voltado à educação literária e ensino profissionalizante de meninos estabelecendo, apesar de ser uma escola para surdos, o oralismo puro como filosofia de educação. No entanto a LIBRAS sobreviveu na sala de aula e é reconhecida pela

maioria dos surdos brasileiros sendo usada nos centros urbanos e reconhecida por Lei. Dessa escola saíram os principais divulgadores da LIBRAS sendo que a criação dos símbolos, foi somente apresentada em 1873, pelo aluno Flausino José da Gama, aluno surdo do INES. Flausino publicou o mais importante documento encontrado até hoje sobre a LIBRAS, *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos*, inspirado em um livro publicado sobre o assunto, estando à disposição no Instituto Nacional de Surdos-Mudos.

A LIBRAS é derivada tanto de uma língua de sinais nativa quanto da língua gestual francesa, assim apresenta semelhança com outras línguas europeias e americanas. Mas é preciso frisar que a LIBRAS não é apenas gestos que traduzem a língua portuguesa, mas sim uma língua a parte onde possui níveis linguísticos como fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. A diferença está na sua modalidade de articulação e é preciso que se conheça tanto a sua gramática para combinar as frases para estabelecer uma comunicação quanto conhecer os sinais.

4.1 A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

Para falar de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) se faz necessário começar pela importância dos movimentos dos Surdos e o reconhecimento desta língua no Brasil. Tais movimentos surgiram a partir da constatação do gigantesco número de pessoas surdas, com destaque às principais capitais do país. Há relatos de três faces, a saber: os movimentos nas escolas, movimentos dos Surdos a partir de 1990, e ainda a Fundação das Associações dos Surdos (FAS).

Por muito tempo, pais de pessoas surdas se envergonharam da situação de seus filhos por acharem a criança surda fora dos padrões considerados normais. Consequentemente, os filhos surdos sentiam-se isolados por não conseguirem se comunicarem de forma adequada. Nos últimos anos, porém verificam-se mudanças significativas por parte da sociedade em relação ao contexto no que se refere ao surdo, principalmente há muito considerada um *tabu* e não *língua* com estrutura e cognição.

Nas escolas, os movimentos dos surdos começaram a surgir com a chegada, em 1856, do professor Ernest Huet ao Rio de Janeiro, surdo francês que trouxe o alfabeto manual francês e alguns sinais, para o Brasil. Desse modo, os surdos, tendo acesso à Língua de Sinais Francesa, produziram a Língua de Sinais Brasileira. Com isso no ano seguinte, foi fundado o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

Em São Paulo, outra escola importante dentro desse contexto, é o Instituto Santa Terezinha, fundada em 1925. Essa escola era voltada apenas à educação de moças surdas. Também sofreu influência da Língua de Sinais Francesa por haver no Instituto professores francês com ritos católicos.

Quanto à fundação das Associações de surdos, a primeira Associação Brasileira de Surdos-Mudos, foi fundada em 1930 ainda com um pequeno número de surdos. Em 1953, foi criada outra fundação, esta por Dona Ivete Vasconcelos, professora de surdos. Com o passar dos anos foram criadas no Brasil Confederação, Federações e Associações de surdos.

Outras Federações bastante significativas nesses processos de integração de Surdos estão a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS) e a Confederação Brasileira de Surdos (CBS).

Os movimentos dos surdos na década de 90 foram Congressos, mini-cursos, grupos de trabalhos que discutiam propostas para a formação do professor Surdo e da formação do intérprete de LIBRAS e propostas na conquista de

direitos e exercícios da cidadania relacionada ao Surdo.

A LIBRAS é definida como a "língua materna dos surdos brasileiros", (SILVA et al., 2007, p. 9), ou seja, é uma língua natural das comunidades surdas e como língua é composta por elementos linguísticos como o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico. Assim, possui todos os elementos necessários para ser identificada como língua. Trata-se de uma língua e não de uma linguagem e não deve ser entendida como mímicas ou gestos soltos. Novos sinais surgirão, por ser a LIBRAS uma língua viva. É ela também visual-espacial articulada através das mãos, das expressões do corpo e da face.

A LIBRAS tem seu *status* de língua oficial, mas "seu uso, divulgação, ensino da relação com a interculturalidade tem sido mantida restrita por seguimentos e instituições que se sentem detentoras do poder de uso [...]". (FALCÃO, 2010, p. 387). A LIBRAS enquanto patrimônio nacional faz parte do povo brasileiro e de quem quiser participar do novo modelo de sociedade, cuja reconstrução é feita mesmo com todas as desigualdades e conflitos sociais, políticos, educacionais, etc. O conhecimento da LIBRAS não pode está sujeito a propriedade pessoal, pois por ser uma língua brasileira é patrimônio dos brasileiros e faz parte de sua cultura e história não devendo ser isolada como uma relíquia mantida à distância. Esta língua própria é de domínio público principalmente de domínio das pessoas surdas, pois precisam dela para tornar-se mais humana, livre e autônomo com liberdade de ir e vir.

A LIBRAS deve ser ensinada a comunidade surda como L1, ou seja, sua primeira língua. Simultaneamente a língua portuguesa deve ser também ensinada sendo a L2, ou seja, a segunda língua, desenvolvendo um avanço qualitativo da aprendizagem constituindo um instrumento de comunicação que produz e reproduz a realidade e transformando as relações sociais, culturais, educacionais, inclusive sua identidade surda. É importante enfatizar que a língua de sinais não é nativa da maioria dos surdos sendo que muitos deles não nasceram em ambientes familiar cujos pais não são surdos. Eles só a conhecem quando começam a fazer parte de associações, clubes, escolas com professores bilíngues, ou seja, ambientes onde exista o uso da língua de sinais. Caso contrário, se comunicarão apenas com gestos caseiros e/ou espontâneos.

Como patrimônio nacional, a LIBRAS vem contribuindo para a inclusão e aprendizagem do surdo, juntamente ao diálogo visual, abrindo espaço para o acesso a qualquer ambiente em que ele possa está inserida. Dessa forma abrem-se caminho para integração e globalização universalmente acessível.

Como ferramenta cognitiva visual, a LIBRAS permite à pessoa surda viver de forma "consciente, participativa, colaborativa e criativa tornando-se construtora do próprio ser enquanto sujeito cidadão. (FALCÃO 2010, p. 388).

É sabido que a comunicação é uma necessidade social e mental. Então o sujeito surdo necessita gerar sentimentos, movimentos e expressões gestuais, faciais e corporais de forma livre com a intenção de representar seu pensamento em linguagem de ação e movimentos. Essa necessidade leva a concluir que na aprendizagem do surdo, os sinais são naturais, mas a LIBRAS não. É preciso que a LIBRAS seja ensinada e trabalhada em todos os ambientes onde o surdo está inserido para que o deficiente auditivo aprenda a língua naturalmente.

Falcão (2010), considera o aprendizado da LIBRAS "uma oportunidade ímpar de transformar a sociedade mais humanizada e harmônica" e acrescenta ainda " aprende-se LIBRAS para conhecer melhor as pessoas, o

mundo, o pensamento, refletindo, construindo, constituindo-se de amor e respeito pelas diferenças de cada ser que humanizando-se se conduz com dignidade".

4.2 A LIBRAS como instrumento de inclusão social

A inclusão dos indivíduos portadores de necessidades especiais tem sido um grande desafio no Brasil, inclusive ao grupo de sujeitos surdos cuja capacidade de linguagem e habilidades de adaptá-la são muitas vezes desconhecidas. Prolifera-se atualmente, expressões como valorização da diversidade, sociedade inclusiva, inclusão informacional. A discussão em torno das políticas de inclusão do sujeito surdo expõe realidades que por muito tempo foram deixadas de lado, sendo muitas vezes, o surdo, visto pela sociedade pelas suas limitações e não pelo seu potencial, e assim, afastado de questões culturais, sociais e educacionais.

O reconhecimento da LIBRAS, por meio da Lei nº 10.436/2002, permitiu à comunidade surda o direito à inclusão nos cursos de formação de Educação Especial tanto nos níveis médios como superior e à inclusão em centros de informação, tendo a LIBRAS como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN.

O surdo, diferente do ouvinte, percebe o mundo através de experiência visual e para isso faz uso da língua de sinais específica. Quadros (1997), afirma que esta língua é, antes de tudo, a imagem do pensamento dos surdos e faz parte da experiência vivida da comunidade surda.

Um novo paradigma nasce diante do atual contexto em que portadores de necessidades especiais sem distinção de raça, cor, sexo, classe social estão alcançando seu espaço e tornando a inclusão um direito adquirido a custa de muitas batalhas. Por conta desses novos paradigmas, pode-se verificar que o surdo está legalmente amparado pela legislação brasileira, pois as leis já reconhecem a importância da língua de sinais na educação do surdo, abrindo portas para seu desenvolvimento, considerando que o surdo é cognitivamente igual ao ouvinte, com as mesmas capacidades e inteligência, porém constitui de uma maneira especial e peculiar de aprender sendo a língua de sinais a ponte entre essa integração permitindo assim uma forma adequada de atendimento e tratamento aos portadores de deficiência auditiva.

Por constitui-se o elemento identificatório dos surdos, a língua de sinais em seu uso e normas, interagem no cotidiano do processo comunicativo de maneira eficiente e eficaz desenvolvendo competências linguísticas, cognitivas e comunicativas.

Com a Declaração de Salamanca, Espanha, em 1994, surge subsídios para inclusão do indivíduo surdo. Em um de seus parágrafos afirma-se que:

> As políticas educativas deverão levar em conta as diferenças individuais e as diversas situações. Deve ser levadas em consideração, por exemplo, a importância da linguagem dos sinais como meio de comunicação para os surdos, e ser assegurado a todos os surdos, acesso ao ensino da linguagem de sinais de seu país. Face às necessidades específicas de comunicação de surdos-cegos, seria mais conveniente que a educação lhes fosse ministrada em escolas especiais ou em classes ou unidades especiais nas escolas comuns. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO, 1997, p. 30).

Quanto às necessidades específicas há de se considerar que a inclusão deve ser de modo adequado onde o sujeito surdo sinta-se à vontade, pois de nada adiantaria uma inclusão forçada, mas sim, aceitando as diferenças e estabelecendo novas formas de relações e afetividades deixando de lado o preconceito, pois como afirma Dias (2003, p. 48), "uma preparação exaustiva de base e uma técnica

razoável não bastam para incluirmos esses alunos especiais". E mais ainda: "inclusão é um direito de todos, mas uma inclusão em um lugar não preparado para receber uma criança com deficiência é desrespeito. Inclusão forçada, contra a vontade do aluno, também é". (MEIER; BUDEL, 2012, p. 15).

O termo "inclusão", não é um termo atual, de acordo com Araújo, (2012), considerando que algumas vezes é ligado à educação, é um termo que surge com a civilização em um processo de seguimentos da sociedade tais como saúde educação, trabalho, além de outros benefícios e existe desde a criação do mundo, ou seja, com a existência dos seres humanos. Com o passar dos anos, os responsáveis pela educação propõe políticas de inclusão a comunidade surdas a partir de uma nova visão construtiva de aprendizagem trazida pela Lei de LIBRAS onde tal lei possibilita a transformação e evolução gradativa da inclusão dos deficientes auditivos.

Com o uso da LIBRAS pretende-se utilizar-se de uma pedagogia baseada na inclusão de indivíduos surdos ou ouvintes beneficiando a educação para todos independente de suas habilidades ou dificuldades permitindo se desenvolverem físico e cognitivamente passando a serem indivíduos ativos na construção de conhecimentos. Aliado a isso estar o esforço dos professores em aprender as línguas de sinais, no caso a LIBRAS, para conseguir se comunicarem com seus alunos sem ter a necessidade da presença de intérpretes na sala de aula e também o interesse de outros profissionais em áreas como, por exemplo, em centros de informação para que a inclusão chegue nesses ambientes de maneira mais natural e humana possível.

Aos poucos está sendo modificado o atendimento nos centros de informação, para atender as necessidades dos usuários surdos a fim de facilitar o processo de inserção dos mesmos. Esse processo está sendo feito através da LIBRAS.

Na busca de um tratamento melhor e mais adequado para os surdos, a LIBRAS tornou-se por lei uma língua de sinais de uso dos surdos adotado em quase todos os Estados brasileiros. Assim a inclusão da LIBRAS está inserida no âmbito escolar, social, profissional e da sociedade em geral.

4.3.1 O intérprete de LIBRAS

A história do profissional intérprete de LIBRAS inicia-se a partir de atividades voluntárias que se valorizava a medida que os surdos conquistava seu espaço enquanto cidadão. Com a participação de surdos em discussões sociais, a profissionalização dos intérpretes tornou-se elemento fundamental nesse processo de reconhecimento. Outro elemento fundamental está no reconhecimento da Língua de Sinais em cada país permitindo aos surdos terem garantias de acesso a ela enquanto direito linguístico. Consequentemente as instituições sentiram-se obrigadas a garantir acessibilidade através dos intérpretes de Língua de Sinais.

O intérprete de Língua de Sinais é definido como "um profissional que domina a Língua de Sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete". (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2004, p. 27). É considerado ainda como um intérprete que passa a mensagem de forma precisa e apropriada de maneira que ele seja o intermediador da comunicação entre as pessoas que não usam a mesma língua.

Há uma formação adequada aos intérpretes no mundo e no Brasil, desde o nível secundário ao nível de mestrado refletindo um desenvolvimento sociocultural da comunidade

surda, tendo como base a preocupação em formar intérpretes qualificados, ou seja, precisa ter qualificação específica para atuar como tal.

O intérprete de Língua de Sinais tem como papel, realizar a interpretação da língua falada para a Língua de Sinais ou vice-versa, sendo observados aspectos como, entre outras coisas, a necessidade de o intérprete manter sigilo profissional, manter a neutralidade não interferindo na comunicação, limitando o seu envolvimento durante a sua atuação, tomando o cuidado de manter uma distância profissional. O intérprete precisa ainda no momento da interpretação, ser fiel a informação objetivando passar o que realmente foi dito evitando ajudar ou dar a sua opinião a respeito do assunto.

A participação do intérprete na comunicação dos surdos é tão importante que na falta dele a interação fica prejudicada e por consequência os surdos não participam, por exemplo, de vários tipos de atividades sociais, educacionais, culturais e políticas. Em termos educacionais não conseguem avançar e muitas vezes sentem-se desmotivados a participarem da interação entre surdos e ouvintes.

Existem algumas comparações feitas entre o intérprete de Língua de Sinais e professores de surdos que precisam ser esclarecidas por haver diferenças no conceito de cada um. O professor de surdo não precisa necessariamente ser intérprete desse tipo linguístico, pois cada profissional desempenha seu papel de forma diferente. O professor tem o papel de ensinar enquanto o intérprete tem o papel de intermediar a comunicação entre pessoas que não falam a mesma língua.

Para ser um intérprete de Língua de Sinais não precisa apenas dominar a linguagem, mas também precisa ter qualificação específica, pois muitas vezes os intérpretes são fluentes na Língua de Sinais, mas não têm habilidades para tal função.

Como em toda profissão, a de intérprete também possui um código de ética do qual orienta o profissional na sua atuação estabelecendo entre as partes envolvidas uma relação de responsabilidade pela veracidade e fidelidade das informações. Existem também regulamentos para o profissional intérprete criados em alguns estados brasileiros por haver uma necessidade de regulamentar tal profissão sendo realizados encontros sistemáticos para discutir sobre a qualidade da interpretação e sobre os princípios éticos.

Ainda com relação à profissão de intérprete, foi realizado em 2001, um encontro internacional sobre a formação de intérprete de Língua de Sinais na America Latina onde foram apresentadas algumas conclusões e recomendações:

> Que a comunidade de pessoas surdas seja consciente da importância de sua própria língua e dos intérpretes profissionais; que as associações e federações de pessoas surdas sejam fortalecidas em todos os aspectos, por si mesmas, e com o apoio de organismos públicos e internacionais; que em todos os países se reconheça a Língua de Sinais; que exista reconhecimento da profissão e titulação de intérprete de Língua de Sinais [...]. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2004, p. 47).

Atualmente, a profissão de intérprete está sendo considerada, (levando em conta as conquistas em termos legais, sociais e políticos), uma carreira promissora, pois há um grande número de cursos de capacitação espalhados pelo Brasil, ministrados de forma a qualificar os profissionais intérpretes sendo observados os preceitos éticos e suas competências e ainda habilidades técnicas e o domínio de conhecimentos específicos em relação à interpretação e tradução. Assim, o intérprete de Língua de Sinais será, sempre que requisitado, cada vez mais reconhecido pelo seu trabalho de intermediador entre a comunicação e os surdos.

4.4 A biblioteca como instrumento da LIBRAS

Com a invenção da escrita e de suportes de baixo custo, duráveis e portáteis, formaram-se, como principal consequência, coleções de registros escritos aonde viriam a ser conhecidas como bibliotecas. Sua origem muito antiga, data na primeira metade do terceiro milênio a. C. na cidade babilônica de Nipur. Menciona-se que havia ali tabulas de argila com escrita cuneiforme surgindo assim a primeira biblioteca primitiva que se tem conhecimento.

Basicamente, a biblioteca é um ambiente onde se encontra uma grande diversidade de usuários onde há de se considerar que a diversidade pode significar variedade, diferença e multiplicidade. A diferença está na forma como é trabalhada cada característica. A variedade, de acordo com Abramowicz e Silvério (2005, p. 87), diz respeito "a qualidade, atributo ou estado de algo que possui diferentes formas ou tipos que se diversificam dentro de uma classe". Quanto à multiplicidade é considerada como um grande número ou variedade de algo.

Dessa forma, pode-se considerar a biblioteca um espaço onde se afirma a diferença de usuários partindo do pressuposto que se vive em uma sociedade caminhando para uma educação inclusiva seguindo as tendências atuais e que tal ambiente se configura como instituição social proporcionando a conquista da cidadania por todo o indivíduo, acrescentando que as bibliotecas passam por transformações profundas "priorizando não mais a disponibilidade, mas sim a acessibilidade". (TARGINO, 2006, p. 181). Ou seja, o que de fato interessa são as condições de acesso à informação. Ainda de acordo com Targino (2006, p. 81), "a prestação de serviços continua como sendo o objetivo central de todas as bibliotecas".

A biblioteca, como centro de informação, dispõe de informações para o público, incluindo aí o usuário surdo que necessita de informação da mesma forma que o ouvinte. Em outras palavras, "a biblioteca é mais do que livros, é informação", (MILANESI, 1983, p. 49), e como tal possibilita transformações permitindo ao surdo ter seu direito ao conhecimento, enquanto cidadão, assegurado. No caso da LIBRAS, as propostas de inclusão dentro da biblioteca surge pela necessidade de inclusão social, política e cultural da comunidade surda e pela sua integração e participação.

Atualmente é impossível imaginar uma biblioteca sem considerar a liberdade de acesso à informação como direito a todos. Essa liberdade abrange condições básicas para o exercício da inclusão social sendo a informação produzida e organizada para qualquer tipo de usuário, inclusive ao usuário surdo. O novo modelo de biblioteca deverá abrir espaço para a possibilidade do uso de LIBRAS por usuários surdos que dela desejam e/ou precisam.

O acesso à informação é assegurado a todos e garantido por lei tanto quanto a acessibilidade e a eliminação de barreiras nas comunicações e informações. Todo cidadão tem o direito de acesso e também ao uso do livro segundo a Lei n° 10.753, ou Lei do Livro, de 30 de outubro de 2003.

Uma biblioteca deverá está preparada para a inclusão de surdos usando além de outros recursos, livros em Língua Brasileira de Sinais, cuja produção desse tipo de livro é em DVDs sendo apresentado em LIBRAS/Língua Portuguesa. No Brasil, essa iniciativa é recente.

Os livros deverão ser produzidos dentro da perspectiva do Desenho Universal, ou seja, as edições devem estar alinhadas para que "possam ser lidas, na maior extensão possível, por todas as pessoas". (MELO e PUPO, 2010, p. 12). Dessa forma, é possível produzir livros de formas

diversas, atendendo às necessidades de diferentes leitores inclusive o leitor surdo.

Oportunidades de aprendizagem devem ser disponibilizadas nas bibliotecas, no que diz respeito a serviços, livros e recursos que permitam aos usuários surdos, tornarem-se pensadores críticos e usuários efetivos da informação em vários suportes.

A acessibilidade, em seus vários aspectos, é um requisito básico para o acesso à informação na biblioteca pela comunidade surda considerando que a biblioteca deve ser um espaço de apoio ao Atendimento Educacional Especializado – AEE, além de organizar, preservar e disseminar a informação gerando novos conhecimentos. Essa acessibilidade é feita através da LIBRAS.

Diante do contexto da biblioteca como instrumento da LIBRAS, depreende-se que "a biblioteca, em qualquer nível que opere, tem como finalidade maximizar a utilidade social dos registros gráficos e audiovisuais". (TARGINO, 2006, p. 85). Entende-se que dessa forma torna-se a biblioteca instrumento fundamental para a efetivação do trabalho integrado à comunidade seja ela surda ou não, pois a integração é um processo dinâmico aonde pessoas de diversos grupos sociais interagem de maneira gradual sendo que a biblioteca como objeto de inclusão social deve adotar formas diferentes de acessibilidade levando em conta as diferenças, necessidades e habilidades dos usuários. Para tanto, precisam ser transformados os conceitos de 'igualdade' e de 'diferenças' objetivando repensar a inclusão como um fator relevante na modificação dos recursos físicos, materiais e humanos nas bibliotecas.

Essa transformação começa pelo conceito de deficiente, pois o fato de ser definido, de acordo com a Declaração dos Direitos dos Deficientes, como "um estado de incapacidade de prover por si mesma, no todo ou em parte, as necessidades de uma vida pessoal ou social normal", não significa dizer que o deficiente físico não possa se integrar ao meio social, inclusive a possibilidade de frequentar universidades ou uma biblioteca.

Existem alguns contextos em que os deficientes auditivos estão inseridos: no contexto biblioteconômico o usuário surdo precisará ter atendimento diferenciado atendendo suas necessidades de serviços e de produtos, considerando suas limitações e potencialidades; no contexto universitário, a maioria das bibliotecas tem seus objetivos voltados geralmente aos usuários sem deficiência alguma, impossibilitando assim, o direito do deficiente auditivo conviver em igualdade de condições. (SILVEIRA, 2012, p. 2).

No Brasil, não são comuns as bibliotecas que possui estrutura adequada para atender usuários com qualquer tipo de deficiência. Quanto à LIBRAS então é ainda mais raro devido a falta de profissionais que conhecem a LIBRAS e falta materiais em formato adequado. A justificativa para tanto, basea-se na alegação de que é pequeno o número de usuários surdos que frequentam a biblioteca. No entanto, estatísticas brasileiras apresentam um elevado número de deficientes que frequentam centros universitários e se houvesse condições favoráveis à sua inclusão no meio universitário, provavelmente aumentaria o número dos mesmos frequentando a biblioteca.

Há de se considerar que o uso da LIBRAS nas bibliotecas ainda que em passos lentos, está modificando o funcionamento para atender as necessidades dos usuários surdos ou não, facilitando o processo de ensino-aprendizagem. Há de se considerar também a biblioteca como "uma organização social dinâmica, e que deve centralizar sua missão na sua utilidade social e na sua capacidade de contribuir efetivamente para o crescimento de seres humanos [...]".

(SILVEIRA, 2012, p. 13), impedindo assim injustiças sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sabido que ouvintes e surdos em todo o mundo buscam informações confiáveis e realistas, de forma que é impossível não considerar os meios de comunicação para tal fim. Para que uma pessoa surda possa se comunicar adequadamente e tornar-se um membro independente da sociedade é preciso uma comunicação significativa e estabelecida desde muito cedo.

No presente trabalho foram expostos os obstáculos e desafios existentes no cotidiano dos deficientes auditivos cuja dificuldade maior não está na deficiência, mas na dificuldade de desenvolver subsídios para a inclusão, acesso e interatividade da comunidade surda com os ouvintes.

O foco principal desse trabalho, foi pautado no uso da LIBRAS, mencionando sua história, sua origem, sua importância para a sociedade atual, seu uso como instrumento de inclusão social, a importância dos intérpretes de LIBRAS, como também a LIBRAS no âmbito da biblioteca.

Percebeu-se nesse estudo que a inclusão permite romper paradigmas antes sustentados no conservadorismo da sociedade de então e que as opções de inclusão social são vastas se considerada como acesso, participação e aprendizagem dos e para os surdos ou ouvintes que juntos participam da construção de uma nova cultura onde há significativa valorização das diferenças. Diferenças essas indissociáveis à igualdade, pois é condição indispensável para acolher a todos em qualquer ambiente.

Vale ressaltar que a reflexão sobre Inclusão socioeducacional dos surdos passa necessariamente pelo contexto da inclusão social, pois:

> [...] entendida como a garantia a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, que por sua vez deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade em todas as dimensões da vida. (BRASIL, MEC/CNE, Resolução 17/2001 Art. 2).

As políticas públicas brasileiras atualmente refletem as determinações presentes na Constituição Federal de 1988. Esta determina que devam ser criadas leis especificas que deliberem e instituam “ações inclusivas passando pela questão da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências, instruir processo de autorização e de reconhecimentos de cursos e de credenciamento de instituições” (BRASIL, 1999). O aluno com direitos especiais tem, portanto, a garantia, estabelecida por lei, de efetuar sua matrícula em escola da rede de ensino que deve lhe assegurar as condições necessárias para uma educação de qualidade. A garantia do acesso à rede de ensino envolve, também, a formação de professores para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico que leve em consideração o atendimento de alunos com determinadas diferenças individuais. Nessa perspectiva, há uma demanda de formação profissional em massa.

Aliado a isso está, segundo Ropolli (2010), as “possibilidades de inventar o cotidiano pela capacidade criadora para inovar, romper velhos acordos, resistências e lugares” considerando que nenhum ser humano é igual a outro e que por isso acreditar que todas as pessoas portadoras de alguma deficiência têm as mesmas limitações e dificuldades seria um erro, mas considerar as potencialidades, talentos,

aptidões, enfim suas habilidades é sim caminhar rumo a uma sociedade igualitária.

Esta pesquisa verificou que apesar dos avanços com relação à legislação e inclusão socioeducativa existem ainda muito a ser desenvolvido, pois, dos 5.656 municípios que compõem o território brasileiro apenas 30% contam com algum projeto que leva em consideração a necessidade especial do individuo com surdez. (IBGE 2010). Com relação às bibliotecas implementadas com instrumentos inclusivas esse percentual cai para menos de 5%, ou seja, existem apenas 260 cidades brasileiras que possuem alguma estrutura mínima e com preparo adequado que atenda a essa parcela da população de indivíduos surdos do país.

Segundo o IBGE 2010, 14,5% da população brasileira era portadora de pelo menos uma das deficiências investigadas pela pesquisa. A maior proporção se encontrava no Nordeste (16,8%) e a menor, no Sudeste (13,1%).

A publicação traz o número absoluto de surdos no País. No ano de 2010, existiam 166.400, sendo 80 mil mulheres e 86.400 homens. Além disso, cerca de 900 mil pessoas declararam ter grande dificuldade permanente de ouvir. É um contingente muito grande para ser desconsiderado e as políticas públicas devem preencher essa lacuna da realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A.; SILVÉRIO, V. R. **Afirmando diferenças:** montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. Campinas, SP: Papirus, 2005.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil** (1988). 42. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n° 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2005. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 22 dez. 2005. Disponível em: <http:// www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2004.../decreto/d5626.htm>. Acesso em: 22 nov. 2012.

BRASIL. Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a política Nacional do Livro, alterada pela Lei n° 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 31 de out. de 2003. Disponível em: <http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/**leis**/2003/L10.753.htm>. Acesso em: 10 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, Seção 1E, p. 39-40, 14 de setembro de 2001.

DECLARAÇÃO dos direitos das pessoas deficientes. Resolução aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, 09 de dez. 1975. Disponível em: http://<portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: 23 out. 2012.

DECLARAÇÃO de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Edilson Alkmim da Cunha (tradutor). 2. ed. Brasília: CORDE, 1997.

DIAS, V. L. L. A inclusão só se faz bem com o coração. In: Instituto Nacional de Educação dos Surdos. **Arqueiro**. Rio de Janeiro, v. 7, 2003.

DIZEU, L. C. T. B.; CAPORALI, S. A. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 583 – 597, mai./ago. 2005. Disponível em: <http: //www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 24 de Nov. de 2012.

FALCÃO, L. A. **Surdez, cognição visual e Libras:** estabelecendo novos diálogos. Recife: Publicação do autor, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticiavisualiza.php?idnoticia=1766>. Acesso em 21 dez. 2012.

LOPES, M. C. **Surdez e educação.** 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MÉIER, M.; BUDEL, G. Reflexões sobre educação inclusiva. **Revista Profissão Mestre**, Curitiba, n. 156, p. 15, set. 2012.

MELO, A. M.; PUPO, D.T. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: livro acessível e informática acessível. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de educação especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.v. 8.

MILANESI, L. **O que é biblioteca.** 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos:** a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RAMOS, C. R. LIBRAS: a língua de sinais dos surdos brasileiros. Disponível em: <http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo2.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2012.

ROPOLLI, E. A. et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de educação especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SANTANA, A. P. **Surdez e linguagem:** aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Plexus, 2007.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Brasília: MEC; SEESP, 2004.

SILVA, F. I. et al. **Aprendendo língua brasileira de sinais como segunda língua:** nível básico. Santa Catarina: NEPES, 2007.

SILVA, S. A. **Conhecendo um pouco da história dos surdos.** Londrina, 2009. Disponível em:<http:// <www.uel/prograd/nucleo acessibilidade/.../texto_libras.pdf>. Acesso em: 31 out. 2012.

SILVEIRA, J. G. **Biblioteca inclusiva?:** repensando barreiras de acesso aos deficientes físicos e visuais no Sistema de Biblioteca da UFMG e revendo trajetória institucional na busca de soluções. Minas Gerais. Disponível em: <http:// <www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/bibliotecainclusiva.pdf>. Acesso em: 23 out. 2012.

SKLIAR, C. (org.). **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

TARGINO, M. G. **Olhares e fragmentos**: cotidiano da biblioteconomia e ciência da informação. Teresina: EDUFPI, 2006.

WIKIPÉDIA. **História dos surdos.** Disponível em:<http://pt.wikipedia.org./wiki/Historia_dos_surdos>. Acesso em: 20 out. 2012.

Submissão: 12/03/2012

Aprovação: 19/06/2013